

AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA DE NEGRO/AS NO ENSINO SUPERIOR: AS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES



Vol. 12 Número 24 Jan./Abr. 2017

Ahead of Print

AFFIRMATIVE ACTIONS AND PERMANENCE OF BLACK IN HIGHER EDUCATION: STUDENT NARRATIVES

Benedito Eugenio¹

Lucas Bonina Trindade²

RESUMO: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a permanência de estudantes negros e negras no ensino superior. O *lôcus* da investigação foi o Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para a construção dos dados valemo-nos de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando, para isso, a entrevista narrativa para a construção dos dados. Destacamos o “lugar” das ações afirmativas e seu papel no atendimento às necessidades dos estudantes negros, particularmente a permanência na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Afirmativas, ensino superior, entrevista narrativa.

ABSTRACT: The article presents the results of a research on the permanence of black students in higher education. The locus of the investigation was the Training Center for Teachers of the Federal University of the Recôncavo of Bahia. For the construction of the data we use a qualitative research, using, for this, the narrative interview. We highlight the “place” of affirmative action and its role in meeting the needs of black students, particularly their stay in university.

KEYWORDS: Affirmative action, higher education, narrative interview.

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas entraram definitivamente na agenda governamental a partir do final dos anos 1990, no governo

¹ Doutor em Educação (UNICAMP). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Programas de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e Ensino (PPGEn).

² Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC/UESB)

Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo Santos (2015, p.27), desde 1940 já havia “a reivindicação de políticas de ações afirmativas para a população afro-brasileira. As proposições do 'Manifesto às Forças Políticas da Nação Brasileira' e do 'Manifesto à Nação Brasileira' são cristalinas quanto a isso”.

As iniciativas implementadas a partir da gestão de FHC (1995-2002), “mostraram-se insuficientes em âmbito mais efetivo, [contudo] elas ganharam sentido no plano simbólico, instituindo-se como indicações de possibilidades para a superação do racismo” (SANTOS, 2015, p.32).

Na gestão do presidente Lula houve a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a aprovação da Lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica, ações que segundo Santos (2015, p.60) “estaria no campo das ações valorativas” e não “sustentam a tese de que houve uma fase de aprofundamento da questão racial no governo Lula”. Ainda segundo Santos (2015, p.66), “mesmo num governo de centro-esquerda, orientando por uma visão de mundo mais pró-social que pró-mercado, como foi o do presidente Lula, a implementação de ações afirmativas para afro-brasileiros não teve apoio convicto”.

É na gestão da presidente Dilma Rousseff que a Lei 12.711/2012, a chamada lei das cotas para o ensino superior, é sancionada e, assim, amplia “novas possibilidades quanto à inclusão nesse grau de ensino para grupos sociais historicamente dele excluídos” (SILVA, 2015, p.73). Essa Lei, ao tornar obrigatória a reserva de vagas nas instituições de ensino superior federal, pode contribuir para que haja mudanças sócio-históricas profundas no ensino superior brasileiro. Contudo, para Santos (2015, p.77), “ao que tudo indica, a chamada Lei das Cotas foi concebida para orientar, regular e/ou implantar políticas públicas que têm como objetivo a promoção da igualdade social, mas não necessariamente da igualdade racial”.

As cotas não podem ser confundidas com ação afirmativa, mas sim uma técnica de implementação dessa ação. De acordo com Gomes (2001, p.07): “As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à materialização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”. Isso significa que as ações afirmativas “não objetivam combater diretamente a pobreza, mas sim algum tipo de discriminação (quer seja racial, de gênero, de orientação sexual, dentre outras)” (SANTOS, 2015, p.81).

A discussão acerca das ações afirmativas para negros foi e tem sido motivo de diferentes posicionamentos teórico/político/ideológicos. Desde o começo dos anos 2000, duas posições teóricas, de acordo com Souza (2015), procuram pensar o racismo no Brasil, quais sejam, o continuum de cor e o racismo estrutural. Para os primeiros, representados por Peter Fry, Yvonne Maggie, Demétrio Magnoli, dentre outros, devido ao enorme espectro de cores existente em nosso país, não é possível falar em nação bicolor, sendo contrários, portanto, a qualquer política de ação afirmativa cuja base seja a raça. Já para os adeptos do racismo estrutural, as relações sociais e o acesso às políticas públicas evidenciam o quanto o racismo está entranhado em nossa estrutura social. Assim, o sistema binário branco/negro reflete mais a realidade brasileira e as ações afirmativas com foco na raça são fundamentais para diminuir as assimetrias sociais.

Ultimamente diversos versos autores têm se debruçado sobre os estudos das ações afirmativas no ensino superior, abordando, sobretudo, o acesso, a permanência e a pós-permanência, a exemplo de Barreto (2008), Queiroz (2005), Souza (2015), Santos (2015), Silvério *et al* (2012), Gonçalves e Silva; Silvério (2006), Salvador (2011), Silva Filho (2013), Teixeira (2003), dentre outros.

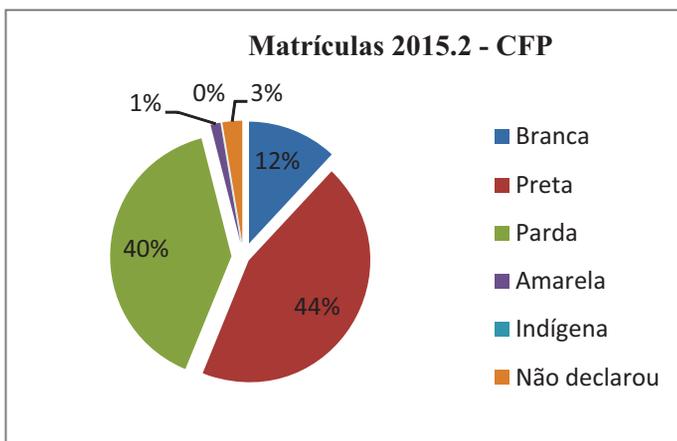
As pesquisas de Queiroz (2005), Barreto (2008) e Santos (2009) evidenciaram a importância das ações afirmativas no ensino superior e em muito contribuíram para a discussão do racismo e antirracismo. O trabalho de Queiroz (2005), por exemplo, analisa a importância e os impactos das ações afirmativas para a população negra, dialoga com a denúncia incansável acerca da invisibilidade dos negros no sistema de ensino superior e as desigualdades existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira, sobretudo, no campo da educação superior, especificamente nas universidades públicas.

Papel importante também tem a Rede Ação Afirmativa (CEAO/UFBA) ao desenvolver pesquisas abordando essas questões, assim como mapear e construir um banco de dados com as principais dissertações, teses e livros sobre a temática.

De forma geral, as pesquisas têm observado as dificuldades encontradas por estudantes cotistas, os estigmas construídos em relação às cotas, os limites que envolvem as relações/interações inter-raciais e as políticas que possam garantir o acesso e a permanência dos estudantes negros. A permanência, nesse caso, é abordada por Santos (2009) em duas frentes: a permanência simbólica e a permanência material. A autora desmembra o conceito de permanência para discutir também as estratégias individuais e grupais de permanência e, nesse sentido, o conceito de permanência, para a autora, está imbricado com o conceito das Ações Afirmativas.

Partindo da compreensão do Estado como principal agente de implementação de políticas públicas, buscamos refletir, no presente texto, sobre a questão da permanência de estudantes autodeclarados negros/negras e pobres para os quais essas políticas se destinam. O *lôcus* de nossa pesquisa foi o Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A escolha desse espaço deu-se em virtude de o CFP concentrar a maior proporção de estudantes autodeclarados negros e das classes C, D e E dessa universidade.

Conforme verificamos no gráfico abaixo, de um total de 226 discentes matriculados no semestre letivo de 2015.2, o número de estudantes autodeclarados negros e pardos na UFRB- CFP chega a mais de 80% do total, fazendo do CFP o centro mais negro da UFRB.



Fonte: Elaboração dos autores

Consideramos que é importante tratar da política de ações afirmativas a partir de uma articulação entre raça e classe. Nosso entendimento é que raça ainda é um construto fundamental para o estudo das relações sociais e das desigualdades entre negros e não negros no Brasil, conforme aponta Guimarães (2003). Para esse autor (2003, p.96), raça é uma construção social, ou seja, “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades intelectuais, morais, psicológicas pelo sangue”. Empregada durante anos de forma negativa e sendo substituída por outros termos/conceitos (cor, etnia), é na década de 1970, com a atuação política do Movimento Negro Unificado (MNU), que raça passa a ser positivado:

Para o MNU, um negro, para ser cidadão, precisa, antes de tudo, reinventar sua raça. A ideia de raça passa a ser parte do discurso corrente, aceito e absorvido de certo modo pela sociedade brasileira, o que não se explica senão pelas mudanças que ocorreram também na cena internacional, que tornaram esse discurso bastante poderoso internamente. Mas o fato é que se introduz de novo a ideia de raça no discurso sobre a nacionalidade brasileira. (GUIMARÃES, 2003, p. 103)

Quanto à classe, de acordo com Guimarães (2003, p.98), é possível pensá-la em termos analíticos e nativos. Analiticamente, “a classe, enquanto comunidade, está sempre em processo de formação ou dissolução, ela nunca é permanente; porque, para criar essa comunidade, precisa-se criar um discurso de origem ou um discurso de destino”.

No presente texto, classe é também pensada sob a perspectiva das contradições e antagonismos sociais, assim como das desigualdades raciais e sociais. Compreendemos que classe e raça, embora tenham suas particularidades sociais e políticas, precisam ser articuladas analiticamente. Por isso é importante uma análise interseccional das políticas de ações afirmativas.

Neste trabalho, o foco é discutir as ações afirmativas para estudantes negro/as e pobres enfocando a permanência, suas respectivas estratégias e experiências que trazem no processo de permanecer no ensino superior, considerando aqui, que tais estratégias se revelam também como instrumentos de resistência por esses estudantes à situação historicamente imposta de desigualdade de acesso ao ensino superior para a população negra em nosso país.

A entrevista narrativa e a construção dos dados

As entrevistas narrativas se propõem, *a priori*, a trabalhar com fatos sociais, as experiências individuais e coletivas e, sobretudo, com histórias de vida dentro de um contexto sócio-histórico. Elas possibilitam identificar e refletir sobre aspectos característicos a partir dos quais produzem histórias cruzadas entre o individual e o contexto social coletivo. Sendo assim, a narrativa é fundamental para a construção da noção de coletivo.

Nesse sentido, a técnica de narrativas não só nos fornece histórias individuais, mas também, uma ideia de coletivo, pois estrutura e ação se fazem presentes no momento em que a trajetória do indivíduo é reconstruída pela narração. Assim, entendemos que é uma técnica de construção de dados que pode nos propiciar a oportunidade de adentrar em ambientes pouco acessíveis do indivíduo e de uma concepção social coletiva, isto é, acessar informações em que não estariam postas numa situação de pesquisa com instrumentos estruturados. De acordo com Weller e Otte (2014), foi Fritz Schütze, sociólogo alemão, quem mais contribuiu para o estudo/emprego das narrativas na pesquisa social. Segundo as autoras (2014, p.327), “a entrevista narrativa busca romper com a rigidez imposta pelas entrevistas estruturadas e gerar textos narrativos sobre as experiências vividas, que, por sua vez, nos permitem identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências”.

O emprego das entrevistas narrativas justifica-se também porque por meio delas podemos “compreender a relação entre indivíduo e estrutura e o esquema conceitual construído de maneira significativa pelos sujeitos aos relatarem suas experiências e trajetórias” (WELLER; ZARDO, 2013, p.132).

As entrevistas foram organizadas a partir dos seguintes critérios:

- a) Um estudante entrevistado/a de cada curso do CFP-UFRB
- b) O entrevistado/a precisava ser cotista, preferencialmente matriculado a partir do 3º semestre, pois entendemos que a partir desse período as experiências na universidade e a vivência acadêmica podem contribuir melhor no que tange às informações;
- c) O entrevistado/a precisava se autodeclarar como negro/a;
- d) Como regra optamos em entrevistar 4 mulheres e 4 homens.

Começamos a construção dos dados com a realização de uma entrevista piloto e, a partir daí, utilizamos da técnica de bola de neve, ou seja, a cada entrevista terminada, o entrevistado indicava mais um. Na entrevista narrativa inicialmente o informante é encorajado a contar livremente sua história, organizando sua linha de pensamento sem interrupção ou perguntas pelo entrevistador (questão inicial). Quando o narrador dá sinais de que finalizará, o entrevistador faz perguntas que suscitem narrativas mais detalhadas sobre a história contada. Na sequência, procede a perguntas mais descritivas que possibilitem detalhar a vivência do informante, assim como questões que permitam a criação de teorias sobre o objeto investigado.

Instrumento utilizado como técnica para construir os dados, a narrativa está baseada nas contribuições de Jovchelovitch e Bauer (2002). A partir dessa técnica, o nosso colaborador tem a oportunidade de relatar ou discorrer de maneira livre e natural sobre acontecimentos que considera marcantes em sua vida e do contexto/espço de educação que viveu desde a infância até a chegada na universidade e sua vivência nela. Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002), na entrevista narrativa os entrevistados devem se sentir encorajados a falar livremente. Para isso, há uma questão orientadora geral, ou seja, uma questão inicial que aborde algo de sua vivência, de seu dia-a-dia, que o motive a falar naturalmente sua trajetória de vida, por exemplo. Outras questões devem ser elaboradas para o caso da narrativa ser curta ou para o aprofundamento de determinado aspecto abordado pelo informante. Nessa perspectiva, além de perguntas abertas, a entrevista narrativa sugere perguntas que contemplem de modo geral a pesquisa, assim como interferências do tipo: “Conte-me mais”, “Que aconteceu então?” ou “Haveria ainda alguma coisa que você gostaria de dizer?”. Dessa forma, as narrativas podem propiciar ao colaborador entrevistado a condição de contar um pouco mais sobre suas histórias, suas experiências pessoais, acadêmicas e sociais.

Situando a política de ações afirmativas

No que tange às ações afirmativas, entendemos que elas surgem a partir da necessidade de atender as demandas sociais, atreladas em sua maioria às reivindicações de grupos de minorias representativas, tais como os negros, LGBT, indígenas, pessoas com deficiências e baseia-se no princípio universalista de igualdade, equidade e inclusão social. Segundo Salvador (2011, p. 31):

A política afirmativa é, geralmente, reconhecida como um instrumento político voltado para a inclusão de grupos subordinados ou subalternizados, muito embora seu campo de intervenção seja muito maior. Mais que um meio de inclusão, a ação

afirmativa também atua em outras frentes.

Nesse sentido, as Ações Afirmativas buscam também atuar em outras perspectivas, tendo como pilar a garantia da igualdade de oportunidades, reconhecendo as diferenças e as diversidades, influenciando diretamente no aspecto cultural e político e modificando de forma pedagógica conceitos e estigmas que historicamente foram construídos em relação à população negra e demais grupos.

Uma questão a ser superada quando versamos sobre as ações afirmativas é associá-la somente à política de cotas para o acesso ao ensino superior; portanto, para além do debate das cotas, precisamos destacar, quer sejam as cotas ou os auxílios/bolsas, estes são apenas partes das diversas ações afirmativas que podem ser desenvolvidas no âmbito da educação. Por isso, entendemos que se faz necessário pensar não só a garantia do acesso, mas também, da permanência qualificada e da pós-permanência, pois como nos aponta Santos (2009, p.119), “Permanecer é, em nossa concepção [...] o ato de persistir na continuação dos estudos que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de transformação e existência”.

Sendo assim, quando nos propomos a discutir sobre ações afirmativas para negros e negras no ensino superior, estamos dialogando com um conjunto de questões e não somente a garantia do acesso e dos auxílios. Portanto, o estudante ingresso precisa de políticas que garantam uma permanência com a positivação de si enquanto sujeito, de emancipação cultural, identitária e social.

Ao tempo em que propomos analisar as estratégias e experiências de permanência utilizadas por estudantes negros e pobres no ensino superior, agregamos a esse debate as categorias “raça” e classe, compreendendo que

[...] longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando se mutuamente. Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica (FRASER, 2001, p. 251).

A partir dessa perspectiva, a desigualdade racial está posta aqui como uma espécie de injustiça que reivindica uma saída por medidas redistributivas, por políticas públicas de ordem econômica, ou seja, “eliminar exploração, marginalização e privação específicas de raça exige a abolição da divisão entre trabalho explorado e supérfluo quanto à divisão dentro do trabalho assalariado. A lógica do remédio é como a lógica da classe: é eliminar a diferença de “raça” (FRASER, 2001, p. 263).

Porém, precisamos pontuar que no *modus operandi* Fraseano, a manutenção do *status quo* capitalista fica garantido, uma vez que sua teoria não apresenta uma alternativa de proposta clara de ruptura com o capitalismo ou com a estrutura do Estado burguês. Portanto, para ser fiel ao seu próprio *modus* de agir, isto é, a prevalência do antagonismo de classe/raça no Estado, dificilmente as ações afirmativas podem modificar a estrutura do capital.

Esse ponto de vista não significa que estamos atestando uma posição contrária às ações afirmativas, mas pontuamos que seu campo de atuação está marcado por limites, sobretudo, quando se pensa em modificar e enfrentar a ordem econômica do capitalismo, assim como nos lembra Ferreira (2008, p. 8):

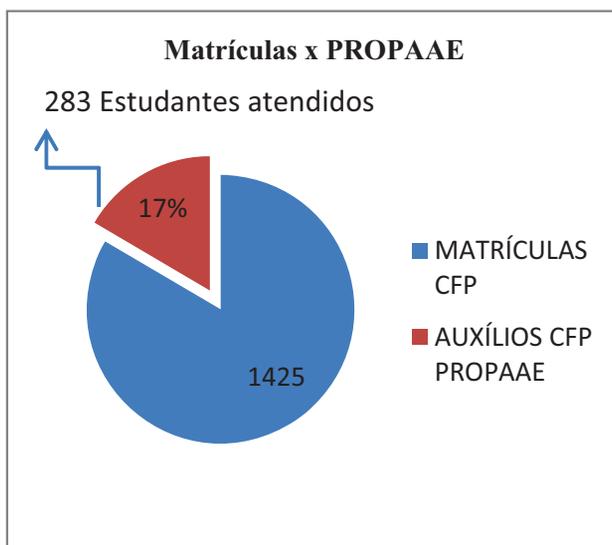
um ponto importante a se chamar atenção é que, numa perspectiva fraseana, as ações afirmativas seriam incertas no sentido de modificarem a *estrutura social* que gera as desigualdades. Isso porque elas apenas reconhecem a necessidade de distribuição a

grupos prejudicados historicamente, mas nada fazem para resolver os impasses estruturais que geram tais desigualdades, a não ser que os beneficiados por essas políticas consigam - em larga escala - transmitir seus resultados de crescimento socioeconômico aos seus filhos, e estes já não precisem de políticas desse tipo para se manterem em ascensão ou alcancem níveis de renda e de status semelhante à população que historicamente tem recebido esses direitos no Brasil"

Quando discutimos as ações afirmativas ou nos referimos às desigualdades raciais, não podemos imputar essa análise a apenas uma questão de classe ou de efeitos do escravismo brasileiro. É preciso pontuar que estamos dialogando, sobretudo, com a categoria "raça", conceito determinante para definir as relações raciais no Brasil, isto é, é pela "raça" que são construídas as relações sociais e por ela produzidas as desigualdades, pois entre nós o marcador cor tem função determinante na dialética das relações raciais e sociais como classificador social. Deste modo, quando trazemos o provável impasse entre raça e classe, estamos tentando virar a chave para um outro debate – não desconsiderar que a luta de classe e a unidade da classe trabalhadora seja uma das principais marchas da história e grande corroboradora para superar os efeitos da opressão/exploração, no entanto, é preciso chamar a atenção que, no caso brasileiro, o nosso preconceito atua na marca, ou seja, na cor – daí, seria um grande equívoco postular ou acreditar que somente a integração do negro na sociedade de classe resolveria o problema do racismo e das desigualdades raciais.

Ações afirmativas e permanência na ufrb: as narrativas dos estudantes

É importante salientar e destacar que a UFRB, apesar de ser uma Universidade de ampla maioria autodeclarada negra e pobre, sua política de permanência não consegue contemplar a demanda, conforme observamos a seguir no que tange ao quantitativo de estudantes matriculados e o número de alunos atendidos pela PROPAAE.



Fonte: UFRB/PROPAAE 2015. Elaboração dos autores

No âmbito das estratégias de permanência, destacamos a seguintes: a venda de rifas, bingos, digitação de trabalhos, lanches (brigadeiros, docinhos, salgados, etc.), trabalho em comércio, tipo: lanchonetes, sapatarias, metalúrgicas e o trabalho informal. No campo da luta por uma permanência simbólica, as estratégias situam-se na formação de grupos, coletivos, irmandades, nos grupos de apoio e, no engajamento com o movimento estudantil. Nesse caso, coletivos e irmandades de negras/negros e LGBTQs conseguem mobilizar de maneira mais ampla o acolhimento para uma permanência de melhor qualidade e de menor opressão.

Como pontuam Dias e Nascimento (2010, p.28):

A UFRB assumiu o compromisso de garantir o acesso, a permanência e a pós permanência de estudantes oriundos de escolas públicas que se declaram pretos ou pardos, índio ou descendentes, índios aldeados e remanescentes de quilombos, através da política institucional de ações afirmativas.

Assim, consideramos que são as políticas de ações afirmativas (combinadas políticas de acesso e de permanência) que podem, ao menos, minimizar as desigualdades existentes e garantir o acesso e a permanência de estudantes negros e pobres no ensino superior. Todavia, diante dessa demanda, identificamos um antagonismo entre o que é proposto no campo teórico das Ações Afirmativas na UFRB e o que existe no campo prático do dia-a-dia do estudante negro/a.

Verificamos, assim, que ficam evidenciadas diversas limitações, sejam de ordem econômica, com a escassez de recursos, a reduzida oferta de bolsas e auxílios, ou de cunho pedagógico/curricular, com pouco estímulo e iniciativas para atividades que proponham a positividade, o reconhecimento e a integração do estudante negro/pobre na universidade. Compreendemos que a implementação das ações afirmativas também impõe às universidades alterações curriculares de forma que conhecimentos acerca dos afro-brasileiros estejam presentes nos currículos dos cursos.

Diante da ausência desses elementos, é que se desenvolvem no interior da Universidade as estratégias utilizadas por estudantes negros e pobres para superação dessa negação em políticas afirmativas que garantam uma permanência de qualidade. É importante destacar que muitas dessas estratégias estão resumidas a questões econômicas, uma vez que, parte destes estudantes são desempregados e desempregadas, possuem despesas com moradia/aluguel, gastam com alimentação, vestuário, material de estudos, internet e, em algum casos, estes estudantes fazem de suas bolsas seu próprio salário, ajudando inclusive com a manutenção da família. Portanto, suas estratégias estão mais acentuadas para a não evasão discente do que propriamente uma permanência e quiçá a conclusão do curso superior com qualidade.

Em entrevista com um de nossos colaboradores, a questão do acesso lhe trouxe várias nuances positivas, dentre elas, o reconhecimento identitário, ou seja, as concepções e o novo olhar sobre as temáticas raciais só vieram a ecoar e fazer sentido em sua vida de estudante a partir do ingresso no ensino superior, como ele diz:

Eu me vi enquanto negro na verdade depois que eu entrei na universidade. Até então eu era, eu me achava moreno, e aí eu me afastava de qualquer traço que me assemelha-se ao negro, inclusive o próprio cabelo que é uma das formas marcante de nossa identidade né...

Para Sebastian, o acesso à universidade lhe proporcionou um avanço no que tange à questão da identidade etnicorracial, de reconhecimento de pertença e da própria valorização da cultura negra, outrora negada. Para ele, o acesso não era a parte final do processo, portanto, estava posto à permanência e, neste caso, a UFRB se coloca na contramão do que ele compreende sobre Ações Afirmativas. Em sua opinião,

[a UFRB]... Tem uma política assistencialista, mas não tem uma política de ação afirmativa, até porque, se você for pesquisar os estudantes que são amparados por esses projetos, eles não tem esse pensamento político, e alguns vão até se afastar do discurso pró cotas ou pró políticas afirmativas, porque não existe uma formação política nessas ações afirmativas da universidade. São ações assistencialistas, mas não são ações afirmativas, por que não se tem formação política pra levar ao estudante a se afirmar enquanto negro, a se afirmar enquanto cotista dentro da universidade, não é uma política afirmativa, é uma política assistencialista.

Em seu ponto de vista, não é suficiente promover uma assistência que garanta a permanência enquanto somente o sustento material, é preciso ir além dessas questões, é preciso politizar as “ações”, num sentido de “politizar” e “empoderar” o estudante, ao ponto que esse mesmo estudante seja um agente ativo em defesa de sua própria identidade racial.

Em sua concepção, a permanência, mesmo no âmbito econômico é muito frágil, o investimento é muito limitado, e, por isso, a vulnerabilidade dos estudantes e o abandono é uma constante. Para ele, as bolsas da PROPAAE não atendem nem metade dos estudantes do CFP, “tem muitos estudantes mesmo que abandona o curso por não conseguir a permanência dentro da universidade que é algo muito difícil, principalmente pra nós negros”. Em sua concepção, esse é um dos maiores problemas que a UFRB carrega, pois, apesar de existir toda uma política postulante de uma universidade negra e popular, no campo prático essas “ações” estão comprometidas, sobretudo, no pós acesso. Para Sebastian,

a permanência tem que melhorar bastante, porque você não tem que garantir só que o estudante chegue a universidade, o estudante ele precisa concluir o curso, não adianta o estudante chegar e parar, não é um acesso, o estudante tem que entrar na universidade e concluir com êxito, aí sim você pode dizer que as políticas afirmativas, elas é, são, efetivamente concretas.

Para Afonso, estudante de Filosofia, o que compromete uma permanência positiva e de qualidade é o não acompanhamento da PROPAAE a seus respectivos bolsistas. Para ele:

A PROPAAE, ela negligencia, de certo modo, isso, quando ela não se dispõe a acompanhar esse sujeito, o benefício da bolsa tá sendo, é.. é.. dado, né?! Essa ideia não da fiscalização em si, mas do acompanhamento, né?! Pra saber como esse sujeito se porta na universidade, o quê que ele tá pensando, como que ela pode ajudar na... No reforço dessa identidade que a universidade se assegura tanto, né?!

Em sua concepção, a permanência deveria está atrelada a esse acompanhamento, um assessoramento que contribua no processo formativo e de positivação do estudante negro/a.

Para Clarice, estudante de Pedagogia, seria a PROPAAE a grande responsável por atuar diretamente na permanência destes estudantes, ou seja, para ela, o pouco número de bolsas tem sido responsável por grande parte das evasões. Como ela nos diz:

algumas que eu conheci, mas que não tive muito intimidade, desistiram de estudar por não conseguir a bolsa e não ter como se manter aqui na cidade, já que eram estudantes de outras cidades, estavam morando aqui, tinha que pagar aluguel, enfim, agente faz da bolsa um salário.

Desse modo, Clarice nos expõe uma realidade que é vivenciada por centenas de estudantes. Após conseguir o acesso, muitos não conseguem dar continuidade aos estudos, sobretudo por questões econômicas, tipicamente por uma questão de classe.

Para Cristiane, estudante de Química, a questão da permanência passa sim pelas

Ações Afirmativas, que só vieram corroborar com a inclusão, porém entende que ainda existe uma necessidade de amparar outros setores. Em sua opinião, a PROPAAE, como órgão que representa as Ações Afirmativas, não consegue contemplar outras áreas. Como ela narra, outras questões estão envolvidas, ou seja, “questões raciais relacionadas a questões de gênero, do gênero feminismo [...] Não só as mulheres, mas também, empoderar os homens pra que eles não possam reproduzir determinadas violências”. A concepção de Ações Afirmativas para nossa colaboradora reforça a necessidade de ampliar o debate para além das cotas, e isso passa também por uma posição pedagógica.

Para Heleno, estudante de Matemática, o “lugar” das Ações Afirmativas na UFRB é diferenciado, pois,

quando se pensa a UFRB, quando se coloca a UFRB como uma universidade pública, popular e negra, é.. se deve fazer isso diariamente, cotidianamente, se deve trazer essas pautas, levantar essas pautas dentro da universidade, diariamente,[...] A gente não vê isso, não parece que é uma universidade negra, não parece que é uma universidade de preto.

Para Afonso, a concepção de Ações Afirmativas está muito mais voltada para o dia a dia do estudante, para sua formação, para a permanência. Como nos diz, as “ações” tem que estimular o aluno, não somente pela via econômica, mas em projetos, atividades e eventos. Em sua concepção, a permanência é um grande problema, pois como a Universidade não consegue dar conta de outros elementos que não seja o econômico, muitos estudantes

não participa da universidade como um todo, porque se é um universo, a gente não pode ir somente pra sala de aula, a gente precisa se formar socialmente, culturalmente, se permitir o diálogo que existe nos corredores da universidade, e eu percebo que algumas pessoas que...que trabalham e estudam não passam por isso.

Para Afonso, o estudante trabalhador passa por dificuldades, não somente pela questão financeira, mas por ter que dividir o tempo dos estudos com o trabalho e, muitas vezes, esse estudante depois de um longo dia de trabalho, chega na universidade muito cansado; com isso, fica desmotivado, o que o faz se ausentar de momentos formativos que, em sua opinião, fazem parte de uma permanência por completa.

Considerações finais

Em termos gerais, concluímos que são grandes as deficiências no âmbito de aplicação das Ações Afirmativas na UFRB, sobretudo, no CFP. Apesar do debate está muito centrado na esfera econômica, é justamente esse setor que colhe maiores queixas: a escassez de recursos, o pouco número de bolsas e auxílios tem sido o problema mais comum entre os estudantes, o que para a grande maioria, tem promovido a evasão de centenas destes. No entanto, vale salientar que mesmo com a precarização e o sucateamento das universidades, os cortes orçamentários e, conseqüentemente, a redução em número de bolsas e auxílios, verificamos a importância e o significado que essas têm para garantir a permanência, ao menos material, de milhares de estudantes negros e pobres.

Sabemos que o terreno das Ações Afirmativas e, especificamente, a questão da permanência no ensino superior ainda é bastante novo e em disputa no Brasil, sobretudo, no campo das arenas simbólicas, ideológicas e econômicas; por isso, compreendemos que análises mais apuradas tendo como base pesquisas empíricas utilizando as mais diversas metodologias, estudos comparativos, assim como estudos acerca do processo de implementação dessas políticas, podem nos apontar outros conceitos e outras compreensões.

No entanto, considerando o perfil que se traça em torno de uma identidade negra e popular da UFRB, compreendemos a necessidade de se ampliar o debate em torno dessas ações. Entendemos que uma Universidade que se propõe a ter em seu eixo central de debate a valorização e inclusão dos setores mais oprimidos e explorados, leia-se negros, indígenas e pobres, deva e necessita passar por um processo mais agudo de formação, de intervenção pedagógica, de rediscussão de um currículo que corresponda a essa demanda e que se evidencie e possibilite que negros e pobres se reconheçam incluídos e integrados como parte desse processo, mas que sobretudo garanta o acesso e uma permanência de qualidade. Entendemos também que precisamos compreender o que tem sido de fato as políticas de ações afirmativas no atual cenário que se desenha para o ensino superior em nosso país, diante do corte de recursos e a não observância do Plano Nacional de Educação. Destacamos a necessidade de continuar o aprofundamento sobre as Ações Afirmativas numa articulação entre raça e classe, sendo essa imprescindível para compreendermos melhor como que o entrecruzamento entre essas duas categorias é pertinente numa conjuntura histórico-social de opressão e exploração, sobretudo, para percebermos como que ambas se complementam ao longo da história e nas relações sociais.

Notas

³Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Paula C. **Múltiplas vozes: racismo e anti-racismo na perspectiva dos universitários de São Paulo**: Salvador: EDUFBA, 2008.
- DIAS, Rita; NASCIMENTO, Claudio. Políticas afirmativas e estudantis na UFRB. In: LINS, Alene et.al. (Orgs.). **UFRB 05 anos: caminhos, histórias e memórias**. Cruz das Amas: Editora UFRB, 2010.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2011.
- GOMES, Joaquim B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GONÇALVES E SILVA, PB.; SILVÉRIO, V.R. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- GUIMARÃES, A.S. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. **Educação e Pesquisa**, vol. 29, n.01, p.93-107, 2003.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- QUEIROZ, Delcele M. **Universidade e desigualdades: brancos e negros no ensino superior**. Brasília: Liber Livros, 2005.
- SALVADOR, Andréia Clapp. **Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2011.
- SANTOS, Sales A. **O sistema de cotas para negros na UNB: um balanço da primeira geração**. Jundiá: Paco Editorial, 2015.
- SANTOS, Dyane B. R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SILVA FILHO, Penildon. **Políticas de ação afirmativa na educação brasileira**. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

- SILVEIRO, Valter Roberto et. al. **Relações étnico-raciais: um percurso para educadores**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.
- SOUZA, Cleinton. **Sim, somos racistas: análise sociológica do racismo à brasileira**. Curitiba: Appris, 2015.
- TEIXEIRA, Moema de P. **Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Educação e Contemporaneidade**, vol.22, n.40, p.131-143, 2013.
- WELLER, Wivian; OTTE, Janete. **Análise de narrativas segundo o método documentário: exemplificação a partir de um estudo com gestoras de instituições públicas**. **Civitas**, vol.14, n.2, p. 325-340, 2014.

Recebido em: 09/02/2017
Aprovado em: 21/03/2017